

FRANCA BRAMBILLA AGENO— *V Edizione Critica dei Testi Volgari*. Seconda edizione riveduta e ampliata. Padova, Editrice Antenore, MCMLXXXIV, VIII + 344 pp.

A primeira edição desta obra tinha vindo a público em 1975 e não foram precisos dez anos para que uma segunda edição, revista e ampliada, surgisse nas bancas das livrarias. Significa isto não só que o manual de Crítica Textual de Brambilla Ageno conheceu o apreço do público, mas também que os problemas relativos à edição dos textos românicos — e particularmente dos medievais — continua em plena actualidade, o que, aliás, é facilmente testemunhado pelas publicações (incluindo as de tipo periódico) que vão aparecendo e ainda pelos trabalhos que procuram aproveitar ensinamentos e técnicas dos modernos processos de tratamento informático de dados para os aplicarem a textos. Um exemplo da investigação portuguesa neste domínio pode apontar-se na edição do *Fuero Real* de Afonso X levada a cabo por José de Azevedo Ferreira (Universidade do Minho, Centro de Estudos Portugueses, Vol. I, Braga, 1982).

A filosofia que envolve os conceitos de texto e de edição de textos tem variado ao longo dos tempos, porque não depende exclusivamente dos postulados assumidos pelo editor em si mesmo face ao texto que pretender fixar e editar, mas também e sobretudo do objectivo e da finalidade que fazem da edição um acto e uma coisa do domínio social; e por muito que a Crítica Textual se concentre sobre o texto, não pode deixar de actuar com vista a um público, dotado de formação cultural e perspectivas intelectuais próprias. Depois da longa fase — pré-Lachmanniana, como é costume designá-la — de atenção privilegiada concedida ao texto sagrado, a Crítica Textual aprofundou o terreno do texto clássico, na linha dos esforços iniciados pelos humanistas do Renascimento, abordou de seguida o texto medieval, guiada pela ideia do texto original purificado, passou depois à influência das doutrinas psicologistas e psicanalíticas e conhece actualmente abordagens que partem da interpretação do texto como instrumento de comunicação social, absorvendo já achegas das modernas teorias da informatização.

Esta capacidade dinâmica de se moldar às circunstâncias temporais não constitui, porém, em rigor uma virtude exclusiva da Crítica Textual; ela resulta, em última instância, das exigências intelectuais e culturais — e por conseguinte científicas — dos leitores dos diversos tempos históricos. Por isso a Crítica Textual, que em rigor não é uma ciência especulativa, é essencialmente uma técnica exigente que postula fundamentos científicos para a sua existência e prática.

Em boa verdade a actuação do editor crítico cai no terreno da teoria da argumentação. De facto, a sua função decorre da necessidade de defender (*more geométrico demonstrata*, como escrevia Giorgio Pasquali na «Presentazione» da 2.^a edição da tradução italiana da obra de Paul Maas, *Crítica dei Testo*, Florença, 1958), mediante a justificação e a adução de argumentos o mais solidamente colhidos e interrelacionados, um texto, pois que, se as obras se oferecessem, à partida, com todas as dificuldades de leitura e de interpretação superadas, a intervenção do crítico textual não teria, aparentemente, pertinência, na medida exacta em que o leitor veria todas as suas exigências e dúvidas satisfeitas. Mas mesmo aí haveria que ter presente que as exigências variam não só em função dos leitores sincronicamente situados, mas também em função de públicos historicamente distanciados (basta ter presentes as questões de ortografia, de pontuação, de *dispositio textus*, de léxico, etc). Por isso, para além de um conjunto de regras que tem muito a ver com a dedução lógica, a Crítica Textual só existe em resultado de casos concretos; responde sempre a problemas concretos, extremamente variáveis nas suas configurações e implicações.

Também por isto o livro de Brambilla Ageno merece uma chamada de atenção muito particular mormente da parte de um público que, como o português, está muitíssimo pouco habituado a contactar com os problemas da Crítica Textual; e neste âmbito se deve incluir o próprio público universitário, a quem, em primeira mão, se dirigem os trabalhos de crítica do texto. No entanto, a Universidade portuguesa pouco tem dado à Crítica Textual, talvez porque pouco tenha exigido dela; os exemplos susceptíveis de serem apontados (Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, mais modernamente Ivo Castro, Mira Mateus, Azevedo Ferreira, para nos referirmos ao domínio do texto em língua vulgar) intensificam ainda mais o sentido da parcimónia dessa participação. E esta situação tende a reflectir-se em outros terrenos, tão importantes como vastos: as edições dos nossos autores (medievais, clássicos, românticos ou contemporâneos) ou as edições dos livros escolares. Estas deveriam merecer uma atenção muito particular, visto que a noção e o hábito de rigor e de exactidão — no fundo da qualidade dos instrumentos do trabalho intelectual — implicam que os alunos se acostumem, desde cedo, a lidar com textos rigorosos, o que não equivale a que seja necessário pôr-lhes nas mãos edições críticas... Aliás os estudantes das faculdades de letras muito raramente conhecem o significado de «crítica textual», tendendo a identificá-la com «crítica literária», quantas vezes de simples características impressionistas...

Ora o facto de o livro de Brambilla Ageno conhecer uma segunda edição menos de dez anos depois da primeira constitui um claro indício da vitalidade de que a Crítica Textual disfruta entre o público italiano, possuidor de fortes e longas tradições neste domínio da investigação científica, mormente na sua aplicação aos autores nacionais. Mas o livro de Ageno não interessa só aos eruditos italianos; ele deve importar também a todos quantos, entre nós, trabalham com textos literários, sejam estes antigos ou recentes, tanto porque os problemas textuais equacionados pela autora sobre textos italianos são muito facilmente aplicáveis a casos portugueses, como porque, inserido numa tradição de trabalhos críticos forte e rigoroso, é herdeiro de uma experiência testada

ao longo de muitas décadas de Crítica Textual. E não é possível deixar de retomar aqui a observação já feita anteriormente sobre o facto de que «um dos raros escritos sobre teoria da Crítica Textual publicados em língua portuguesa» ser precisamente da autoria de uma grande investigadora italiana, ainda por cima exímia estudiosa dos textos literários portugueses (cf. Ivo Castro, *A «Tragédia da Rua das Flores» ou a arte de ditar os manuscritos autógrafos*, «Boletim de Filologia», Lisboa, XXVI, 1980/81, p. 328).

Brambilla Ageno começa por definir a *crítica do texto* como «o conjunto dos meios que servem para restituir o texto original de uma obra literária, ou seja para preparar a sua *edição crítica*» (p. 3). Há que sublinhar este ponto de vista, que é também o ponto de partida do livro: a necessidade — óbvia do ponto de vista científico — de o leitor poder dispor de um texto fiável, visto que, como escreveu um grande crítico e filólogo espanhol, a «obra literária é objecto» de uma comunicação entre o seu autor e o seu perceptor «estabelecida num texto que mantém um determinado grau de coesão e permanência linguísticas, de tal modo que é reconhecível pela sua unidade» (Francisco López Estrada, *Introducción a la Literatura Medieval Espanola*, 4.^a edição, Madrid, 1979, p. 39). A crítica literária que se exerce sobre textos literários antigos e, nomeadamente no domínio românico, os medievais, cuja transmissão depende fundamentalmente da problemática da cópia manuscrita, e os do período da imprensa, que caem mais no âmbito da textologia ou da bibliografia material, não se pode praticar, sob risco de se transformar em meros exercícios de lucubrações arbitrarias, sem a preparação filológica. Mas o mesmo se dirá dos textos contemporâneos e exemplo mais eloquente não se poderá facilmente encontrar do que o caso de Fernando Pessoa, conforme recentemente foi evidenciado.

No entanto a Crítica Textual não se exaure na adopção de um conjunto de regras e de uma sinalética mais ou menos convencional e erudita. Ela implica a questão, nem sempre fácil de resolver, da tipologia da edição a realizar, em função da natureza do próprio texto a editar, já que uma coisa é editar o texto versificado e outra diferente é editar um texto epistolar, por exemplo.

O texto em verso, precisamente pela sua especificidade e pelas características de que se reveste, normalmente, a sua transmissão manuscrita, tem merecido uma particular atenção dos editores críticos. Brambilla Ageno reflecte essa tendência, já que o caso do discurso em prosa engloba diversos tipos de textos, cujo tratamento crítico não se pode equacionar sempre do mesmo modo. Bastará, para exemplificar com a produção portuguesa medieval, recordar a disparidade verificável entre a atenção que têm merecido os textos em verso frente aos escritos em prosa: Luciana Stegagno Picchio dedica, na versão portuguesa do seu artigo *In margine alV edizione di antichi testi portoghesi*, quatro páginas a tratar da poesia lírica galego-portuguesa, enquanto os trabalhos dedicados aos textos em prosa cabem em duas páginas (Vid. *A Lição do Texto. Filologia e Literatura. I — Idade Média*, Lisboa, 1979, pp. 239 ss.). Não nos deverá, portanto, provocar admiração o facto de Brambilla Ageno recrutar os exemplos italianos que lhe permitem «fornecer ou indicar uma série de conhecimentos necessários ao exercício da crítica textual» (p. 10) no campo da produção de textos em verso. E a sua fixação no discurso versificado vai ao ponto de incluir um capítulo, o IX, sobre a «edição dos cantos populares»,

JORGE A. OSÓRIO

capítulo curioso porque, como ela escreve, «o que caracteriza a «popularidade» de um produto literário são precisamente as inovações parciais que chamamos variantes» (p. 278), situação que, como facilmente se vislumbra, tem implicações não só no terreno da fixação do texto, mas também no domínio da sua intertextualidade.

É tempo de chamar a atenção para o conteúdo e a forma como ele é apresentado neste manual de Crítica Textual. A obra está dividida em três partes; a primeira, partindo das relações entre «Filologia e crítica letteraria» questiona «Che cos' è critica dei testo» e passa depois ocupar-se largamente da «recensio», bem como da «examinado» e da «emendatio», para desembocar na questão do aparato crítico; completam-na três apêndices, de que salientamos o II, sobre a «contaminação». A segunda parte incide sobre as situações de tratamento de texto que correspondem às fases em que a problemática da «recensio» está ultrapassada; são problemas ligados à história da composição e da transmissão de um texto, às obras com redacções duplas ou múltiplas, variantes de «redacção», correcções impostas ao autor, casos de edições de certos tipos de textos. A terceira parte, finalmente, apresenta-nos problemas relacionados com fontes e com questões de atribuição de autoria e de autenticidade, bem como o caso do comentário ao texto elaborado pelo editor.

Se adicionarmos a esta estrutura a presença de um pequeno vocabulário de termos e expressões técnicas, um índice das matérias, uma lista dos autores e das obras anónimas referidas no livro, uma outra de responsáveis por edições, editores, filólogos, estudiosos e até críticos que a autora citou ou utilizou ao longo do seu manual, bem como um índice topográfico dos manuscritos, tão útil pela informação dada ao leitor sobre a localização actual dos manuscritos citados, e, finalmente, uma lista dos copistas, transcritores e secretários referidos como agentes fundamentais da transmissão dos textos na fase anterior à tipografia, teremos fornecido uma imagem do cuidado científico e pedagógico que Brambilla Ageno colocou na preparação deste seu manual de Crítica Textual, bom exemplo de uma escola de investigação científica de tão largas e fundamentadas tradições como é a italiana.

Jorge A. Osório

282

T. F. EARLE — *Tema e Imagem na Poesia de Sá de Miranda*. Tradução de Isabel Penha Ferreira. Col. «Temas Portugueses», Lisboa, Imprensa Nacional--Casa da Moeda, (1985), 211 p.

Em 1980 saía, em Oxford, a versão inglesa original do presente trabalho, com o título *Theme and Image in the Poetry of Sá de Miranda*, o qual apresentava ao leitor uma abordagem pouco habitual nos estudos mirandinos.

É já longa a série bibliográfica sobre o poeta do Neiva, que, como autor «clássico», sempre permaneceu na mira dos estudiosos da poesia quinhentista portuguesa. No séc. XVIII Francisco Dias Gomes, nas *Memórias de Literatura Portuguesa* publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, valorizava claramente esse aspecto «clássico» de Sá de Miranda, apontando, no entanto, para uma interpretação equacionada em função da imagem moralista do homem que a crítica

fazia emergir da superfície mais imediata dos textos. Mas Sá de Miranda, se bem que admirador de Garcilaso de La Vega, não tinha tido a sorte do poeta castelhano, porque os seus versos não suscitaram o comentário erudito e variado que cedo surgiram sobre os do autor da *Canción V*, «Ode ad florem Gnidi». Sá de Miranda não teve essa sorte, e talvez dificilmente a pudesse ter, porque a mensagem poética que transmitia ao leitor era menos ampla do que a garcilasiana e menos orientada para a busca de uma expressividade poética susceptível de situar o leitor perante o espectáculo de uma sensibilidade dolorosa, dependente por um lado da assimilação profunda de elementos do código petrarquista e clássico e, por outro, da própria experiência pessoal, referenciável a situações concretas da vida do poeta que, no fundo, instituíam uma dada familiaridade entre o mundo interior do autor e o do leitor.

No final do séc. XIX, uma estudiosa alemã que marcou, de forma indelével, os estudos sobre a literatura portuguesa pré-oitocentista, Carolina Michaëlis de Vasconcellos, trouxe uma nova contribuição, até hoje insuperada, para os estudos mirandinos, com a sua «edição crítica» das *Poesias* (Halle, 1885). Nas cento e tal páginas da introdução, Carolina Michaëlis apontou algumas pistas, formulou observações e adiantou sugestões que, em boa medida, ainda hoje aguardam exploração aprofundada ou confirmação adequada. Em 1912 a investigadora alemã voltou a fornecer mais um importante contributo para os estudos sobre Sá de Miranda, ao publicar o texto do autógrafo incluído numa miscelânea da Biblioteca Nacional de Lisboa, que Delfim Guimarães lhe havia noticiado. A importância do autógrafo é, talvez, mais elevada para o estudo de aspectos da língua e da ortografia mirandina do que propriamente em termos textuais, mas a sua existência vem salientar quanta razão tinha, no fundo, a própria Carolina Michaëlis em certas observações adiantadas em 1885.

JORGE A. OSÓRIO

Mais recentemente, José Vitorino de Pina Martins, valorizando sobretudo as relações temáticas de Sá de Miranda com a tradição poética do *dolce stil nuovo* italiano, indicou também um campo de investigação que iniciou a publicação de uma bibliografia completa de e sobre Sá de Miranda (Lisboa, 1972) como instrumento de trabalho fundamental para qualquer estudo sério nesta matéria.

No entanto, se exceptuarmos algumas páginas de Carolina Michaélis na introdução às *Poesias* de 1885 sobre a métrica, a versificação e a língua poética de Sá de Miranda, ou ainda algumas outras anotações de Costa Pimpão na *História da Literatura Portuguesa* (Renascimento), podemos dizer que muito pouco há feito sobre a língua poética de autor. A grande maioria das páginas que ainda hoje se publicam sobre Sá de Miranda limita-se a superlativar inferências ideológico-sociais nem sempre confirmáveis, mas sugeridas pela leitura de uma parte da sua produção, buscando fazer dela o fundamento documental para uma visão crítica da «sociedade» portuguesa de meados do séc. XVI. Mas tal perspectiva não tem permitido equacionar a questão da língua poética de Sá de Miranda senão em termos de «transição» entre duas escolas, a tradicional e a italianizante; ora a ideia de transição é demasiado simples e limitadamente operacional para explicarmos assuntos tão problemáticos como os relacionados com o enquadramento histórico da criação poética.

O estudo de Earle marca, em alguma medida, uma inovação no campo das investigações mirandinas, não propriamente porque incida exactamente sobre a língua poética de Sá de Miranda, mas porque, explorando certas zonas da sua retórica, chama a atenção para aspectos mal aflorados anteriormente.

Todos havemos de concordar com a afirmação inicial da introdução, que reconhece o «lugar de extrema importância» ocupado por Sá de Miranda «na história da literatura portuguesa», por, nos começos do séc. XVI, ter introduzido o verso hendecassilábico (e não «verso endecassílabo», como se lê na tradução portuguesa) italiano nos círculos da poesia culta portuguesa. Mas Earle não se detém — nem o objectivo que perseguia o impunha — na análise dos motivos que poderão ter conduzido Sá de Miranda a uma tal orientação. Trata-se, aliás, de estudo que está por fazer, tendo-se a crítica limitado quase só a referenciar circunstâncias históricas que, hipoteticamente, poderão ter enquadrado essa mudança. Assim é que, se bem que com diferenças quanto à incidência a atribuir-lhe, é costume destacar a viagem de Sá de Miranda a Itália como factor determinante da sua adopção pelas novas formas de origem italiana; ora é bem sabido que essa viagem está rodeada de um mistério que, talvez um pouco ilegitimamente, tem ajudado a aguçar ainda mais a curiosidade e a invenção de alguns críticos.

Na impossibilidade, pelo menos actual, de iluminar as circunstâncias desse facto da vida mirandina, pareceria mais proveitoso orientar os estudos para a problemática da inovação polémica (ou pelo menos por ele assim assumida) de Sá de Miranda na perspectiva da análise cuidadosa das características da sua própria língua poética. Ora tal trabalho não se esgota no levantamento dos temas e das imagens da poesia de Sá de Miranda, mas tem de se alargar e estender aos aspectos técnicos relativos à organização do seu discurso poético. Para tal haveria que conhecer em maior extensão e profun-

RECENSÕES

didade não só a língua portuguesa do séc. XVI, mas também a própria língua poética cancioneril, ou seja, para o caso directamente português, a língua poética do *Cancioneiro Geral* de Resende, olhada no seu conjunto e ainda na perspectiva de análises sectoriais que incidam sobre a produção individual de alguns poetas. Mais do que isso, haverá que analisar de forma exaustiva a língua utilizada por Sá de Miranda nas suas produções poéticas, a qual foi certamente variada em função dos géneros e das formas poemáticas, confrontando-a com a língua do discurso em verso dos autores castelhanos da época, tanto no quadro da escola cancioneril da tradição quatrocentista, como no da produção italianizante. Por exemplo, haverá que questionar se as alusões mirandinas a Juan de Mena, ao Marquês de Santillana ou a Ausias March resultam de uma apreciação pessoal ou se não são antes o reflexo da distinção que Juan de Boscán lhes concedia também pela sua parte.

O estudo de T. F. Earle não segue por esta via. Limita-se, de modo diferente, a proceder ao levantamento dos temas e das imagens encontradas na produção em verso de Sá de Miranda. Por isso podemos considerar que a estratégia do crítico inglês tem menos a ver com a poética mirandina do que com a retórica de que o poeta deitou mão. Em parte esta situação depende, segundo nos parece, do próprio ponto de partida adoptado, reflectido na ordenação dos capítulos do trabalho: fixação do quadro ideológico, cultural e ético do pensamento de Sá de Miranda na primeira parte, e, depois, na segunda, evidenciação do significado das imagens em função dos postulados fixados na primeira parte. Mas esta orientação resulta também, e por outro lado, do facto de Sá de Miranda não ter organizado a sua produção poética em moldes idênticos aos, por exemplo, de Boscán. Ao assunto já Carolina Michaélis dedicou páginas importantes a propósito do ms. *D*; a edição de 1595, que Earle, a nosso ver com razão fundamentada, considera comportar um valor crítico superior face aos restantes testemunhos, não nos ajuda muito nesta matéria. Além disso, se bem que seja perfeitamente fácil colher em Sá de Miranda tópicos sobre a polémica relativa à inovação poética coincidentes com os expostos por Juan de Boscán, a verdade é que não existe nele um texto exclusivamente programático e doutrinário, como é a *Carta à Duquesa de Soma* com que o barcelonês fez preceder a segunda parte das suas obras, editadas pela viúva em 1543, em conjunto com as de Garcilaso. Face a isto, torna-se mais difícil indicar os pontos de ruptura assumidos pelo poeta face à poética tradicional de cancionero que ele conheceu e que cultivou, para além da sua colaboração no *Cancioneiro* resendiano. Não custa, portanto, aceitar a junção das «redondilhas» aos sonetos como faz o autor no capítulo VI, «A Imagética nas *Redondilhas* e Sonetos». Earle nota algumas diferenças entre os dois tipos de poemas acerca dos comparados, afirmando que, nas «redondilhas», eles comportam, «de uma maneira geral, mais elementos do que os dos sonetos» (p. 171), dizendo que «Em termos imagísticos, a principal diferença entre os sonetos e as redondilhas reside na maior simplicidade dos sonetos» (p. 180). No entanto, cremos dever anotar que, se há razão para focar num mesmo conjunto as formas breves e fixas como são quase todas as redondilhas e todos os sonetos, não nos parece que seja tida na devida consideração esse facto, sendo certo que ele ocupa um lugar fundamental na poética cancioneril do séc. XVI, como bem mostrou

Pierre Le Gentil. E isto afigura-se-nos tanto mais pertinente quanto é certo que o autor dedicou os dois capítulos precedentes da II parte às *Sátiras* e às *Éclogas*, formas longas de poemas, nas quais a inovação mirandina talvez se tenha feito sentir de forma mais evidente.

Ora a questão que, em nosso entender, se deveria colocar aqui era a de conhecer as razões da diferente atitude do poeta perante as potencialidades expressivas, naturalmente distintas, de cada um dos modos de organizar o discurso em verso. A variedade de versões conservadas para alguns dos poemas patenteia bem como em Sá de Miranda se desenvolveu uma «luta» pela expressão, sobre a qual a crítica ainda não se debruçou convenientemente. O estudo de Earle constitui um elemento importante nesse sentido, mas afigura-se-nos limitado, em parte porque, tomando para seu fundamento a dicotomia com-parante-comparado inerente à *imagem*, foi conduzido a condicionar as suas análises aos postulados interpretativos que fixara na I parte do livro.

Talvez por isso deparemos com afirmações discutíveis, como aquela com que abre o cap. I, sobre «Sá de Miranda e a Mitologia Clássica», que o autor institui como uma «fonte importante de inspiração» do poeta (p. 22), quando, nas páginas subsequentes, cremos ver uma interpretação da mitologia como um código de referências cultas que as individualidades poéticas manejavam de forma mais ou menos própria (cf. pp. 26-27): veja-se o que o autor escreve, com justeza, sobre a maneira como Sá de Miranda trata a questão do amor de Psique (porquê, na tradução portuguesa, «Psyche», se se adopta a forma «Orfeu» e não «Orpheus»?) (p. 34), acerca da qual Earle sublinha o tratamento independente que o poeta deu ao mito. Nesta matéria o terreno não é absolutamente seguro, e o autor não pôde deixar de sentir os efeitos do nosso desconhecimento sobre os referentes textuais do discurso mirandino; assim, se na p. 45 escreve que «Parece provável, perante a história de Diego na *Fábula do Mondego*, que Sá de Miranda estivesse a par das ideias neoplatónicas sobre a morte do amante...», na p. 53 já é mais peremptório: «Tudo isto mostra que Sá de Miranda provavelmente não desconhecia o neoplatonismo italiano», sugerindo de imediato que, «quando em Itália» tivera «a oportunidade de chegar ao contacto directo com as ideias dos neoplatónicos», sem que para esta evidência haja carreado elementos provantes. Daí que o leitor fique, por vezes, com a impressão de que a argumentação desenvolvida pelo autor deste trabalho pareça, num ponto ou noutro, de certo modo facilitante, como se nos afigura legítimo concluir da afirmação sobre a «evidente amizade existente» entre Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda (p. 68). Não valeria, a este propósito ter presentes as achegas de Eugênio Asensio e Mareei Bataillon sobre essa tão enigmática figura chamada Bernardim Ribeiro?

T. F. Earle dedica uma atenção particular à questão do estoicismo de Sá de Miranda, tomando como ponto de partida as alusões já constantes da *Vida* editada conjuntamente com a edição de 1614 (p. 72); no entanto, vê-se obrigado mais a sugerir hipotéticas leituras do que a apontar coincidências textuais indicadoras de relações inequívocas; mas será possível ir mais longe nesta matéria? De qualquer modo parece-nos que formulações como «Há também no espírito de Sá de Miranda uma conexeão entre a vida do campo e a vida solitária» (p. 83) pecam por deixar o leitor perante uma vaguidade bas-

RECENSÕES

tante grande, visto que tudo quanto se diz do «espírito» de Sá de Miranda decorre, no fundo, da obra poética em si, que é fatalmente uma fonte de informação distorcida.

É evidente que colocar assuntos desta natureza num quadro como este é, de certo modo, instituir algumas generalizações, cuja discussão rigorosa se torna difícil. Por exemplo, na p. 94, após evocar a *Imagem da Vida cristã* de Frei Heitor Pinto, saída já na parte final da vida de Sá de Miranda, o autor vem a concluir: «É pois perfeitamente possível que estivesse familiarizado [Sá de Miranda] com o tipo de espiritualidade dos Jerónimos...»: será que a espiritualidade hieronimita — como qualquer outra espiritualidade — permite formulações tão conclusivas, na ausência de provas evidentes?

Ler os textos poéticos, sobretudo quando produzidos no interior de uma poética tão pouco dependente de referentes concretos e exteriores, como se tratasse de transparências só ligeiramente distorsoras da realidade, é um perigo. Apontemos um caso: «A conclusão, portanto, sobre o amor dos Portugueses pelo seu monarca torna-se bastante surpreendente...» (p. 103); ou então este outro: «Muito do que ficou dito no presente estudo indica que Sá de Miranda foi uma figura que espiritualmente pertenceu muito mais à Idade Média do que ao Renascimento, ao antigo de preferência ao novo» (p. 167). Sendo certo que não foi feita uma análise profunda da língua poética de Sá de Miranda, como, por exemplo, a levada a cabo por António Armisen sobre a língua poética de Juan de Boscán, afigura-se-nos que alguma matização deveria ser introduzida, ao menos no momento da revisão do texto para a tradução portuguesa.

Posto isto, cremos dever sublinhar que o estudo de Earle tentou explorar a produção poética de Sá de Miranda a partir de pressupostos que até então só ligeiramente haviam sido utilizados. As observações sobre a atitude mirandina perante o amor, a exploração das imagens de conotação concretizante, como são as de movimento, a própria valorização de uma atitude «estóica» frente às realidades exteriores e epocais, tudo isto constitui factores determinantes da arquitectura doutrinal do poeta do Neiva que o autor deste livro pretendeu evidenciar e interpretar.

No respeitante à tradução, há a lamentar, da parte da sua autora, algumas atitudes menos compatíveis com o teor do livro, o público a que se dirige fundamentalmente e a própria colecção em que foi editada. De facto, se não se pode afirmar que a versão portuguesa seja infiel ao original inglês publicado em 1980, a verdade é que, por vezes, se nota uma falta de atenção grave a aspectos concretos, que deveriam ter merecido um tratamento mais cuidado. Referimo-nos, por exemplo, à incompreensão evidenciada sobre o significado de *Gli Asolani*, título que vem traduzido como se tratasse de uma forma no singular (cf. p. 46, p. 51); referimo-nos ao critério, que, no fundo, não é critério algum, adoptado na versão dos nomes próprios, como o caso já apontado de «Psyche», a par de «Orfeu». Mas referimo-nos sobretudo à iniciativa perfeitamente indesculpável de, na bibliografia, se registarem ortografias como «Petrarch», «Quintilian», «Plotinus», «Apuleius»; se, em relação a casos do género das duas últimas formas citadas, alguém poderia evocar razões para adopção de uma ortografia latina, como é admissível que para as duas pri-

meiras se adopte a forma inglesa? Cremos que só uma desatenção, que raia a ignorância, pode explicar esta atitude. E não nos demoramos já a indicar gralhas tão evidentes como «Ciero», em vez de Cícero, que desvalorizam não só o livro em si, mas também em nada prestigiam o trabalho tipográfico*

Finalmente, dois pontos que afectam largamente também o valor desta edição em língua portuguesa de *Theme and Image in the Poetry of Sá de Miranda*: por um lado, o facto de se ter abandonado o índice onomástico e temático que, na tradição dos livros ingleses de investigação, acompanha, e muito bem, a edição original: em Portugal, mesmo em colecções que deviam assumir uma responsabilidade maior em termos científicos, continua-se, de um modo provinciano, a não entender a utilidade que instrumentos de trabalho como estes representam para o leitor nacional; por outro lado, o facto de não ter sido feita uma actualização da bibliografia para esta versão portuguesa, o que não pode deixar de ser lamentado.

Jorge A. Osório

288

MÁRY-LOUISE KEAN (coord.) — *Agrammatism, Perspectives in neurolinguistics, neuropsychology and psycholinguistics, A series of monographs and treatises*, Orlando, Florida, Academic Press, Inc., 1985, xiii-266 p.

O termo *agramatismo* pode ser especialmente significativo para os que, de uma maneira ou de outra, lidaram com casos de afasia ou já trabalharam no campo da neurolinguística. No entanto a obra «*Agrammatism*», para além de poder ser de interesse para esses pesquisadores, revela-se ainda da maior pertinência para os linguistas e muito especialmente para os estudiosos que se dedicam à morfologia, contando indubitavelmente com as suas repercussões a nível

morfofonológico e morfossintático. Os estudiosos da sintaxe e da semântica encontrarão também neste volume capítulos de especial interesse (cf. 4.º e 5.º capítulos).

Torna-se relevante, ao longo da obra, uma certa tendência para penetrar em problemáticas que até então não foram contempladas, pelos menos tão explicitamente. Evidencia-se assim nos contributos que constituem os diversos capítulos da obra em causa (oito capítulos) uma preocupação, por parte dos diferentes autores, em dar a conhecer ao leitor as suas ideias, por vezes bastante audaciosas do ponto de vista teórico, sobre o agramatismo. Compreende-se desta forma o cuidado manifestado pela coordenadora Mary-Louise Kean, quando, ao concluir o Prefácio, refere: «I most gratefully acknowledge the generous contributions of scientific imagination that all of the contributors have made» (p. xiii).

Como se salienta no mencionado Prefácio, o termo *agramatismo* tem sido definido como sendo «a disorder of sentence production involving the selective omission of function words and some grammatical endings on words» (p. xi). Trata-se por isso de uma perturbação que pode acompanhar certos quadros afásicos, de preferência de tipo anterior. Convém no entanto acrescentar que os estudos sobre o agramatismo traduzem também uma nova abordagem do estudo das afasias com base na linguística e na psicolinguística.

Esta obra pretende ainda mostrar, como reforça Mary-Louise Kean, que um estudo sistemático de perturbações, como este praticado em relação ao agramatismo, pode fornecer uma perspectiva crítica da caracterização da capacidade linguística humana não perturbada (p. xii).

Um dos problemas que se levantam em torno do termo *agramatismo* e que parecem ser uma preocupação nesta obra é o que se relaciona com o facto de se estar ou não face a um fenómeno unitário.

No primeiro capítulo, H. Goodglass e L. Menn, na altura em que fazem o historial do agramatismo, realçam que a descrição desta perturbação foi de

um modo geral sempre dada «in terms of changes in linguistic structure of speech output» (p. 2). Será que o agramatismo está unicamente relacionado com o aspecto produção? Não se encontrará a compreensão igualmente afectada?

A ocorrência de casos em que essas modalidades se encontram de igual modo afectadas e de casos em que essas modalidades se encontram dissociadas não possibilita uma clarificação do quadro inerente ao agramatismo. Por seu turno, o facto de existirem casos de *dislexia profunda*, em que se torna evidente mais uma vez a dissociação de modalidades (leitura, repetição vs. escrita, discurso espontâneo), i.e. o não idêntico tratamento de palavras pertencentes à *classe aberta* e à *classe fechada* nessas facetas executivas, reforça a pertinência de se questionar o carácter unitário do agramatismo. A explicação para tais comportamentos poderá residir, de acordo com Goodglass e Menn, na especificidade linguística e psicolinguística das *palavras de conteúdo* e dos *functores*.

Quando relacionam os quadros agramáticos com uma possível dissociação entre a compreensão lexical e sintáctica e com a fluência do discurso, os autores acabam por sugerir que será incorrecto considerar o agramatismo (não fluência) e o paragramatismo (fluência) como duas perturbações inteiramente distintas. Para Goodglass e Menn, na base dos problemas relativos à descodificação de relações entre nomes codificadas morfológica e sintacticamente encontram-se problemas de ordem cognitiva e isso tanto nos afásicos fluentes como nos não fluentes (p. 26). De acordo com os autores referidos, a fluência pode interagir com o agramatismo mas é logicamente independente dele. Por outros termos e ainda segundo os autores antes mencionados, «agrammatism is a cover term for a complex of impairments in the ability to produce morphological and syntactic devices» (p. 26).

A. Caramazza e R. Sloan Berndt, no capítulo designado «A multicomponent deficit view of agrammatic Broca's aphasia», contemplam precisamente a rejeição de uma hipótese unitária, i.e. de uma hipótese de défice sintáctico da afasia agramática de Broca, apontando para uma dissociação de sintomas.

Os autores adoptaram uma abordagem psicolinguística, de tipo modular, para analisar as perturbações de linguagem e questionam, com base nessa abordagem, a existência do agramatismo como sintoma — omissão de morfemas gramaticais na produção de frases — ou como síndrome em que ocorrem associadas outras perturbações (deficiente compreensão de frases, capacidade metalinguística afectada, efeitos da classe lexical no processamento de itens apresentados de modo isolado). Com base em pesquisas realizadas, Caramazza e Berndt partilham de preferência a existência de uma dissociação de sintomas.

Intimamente relacionados com as preocupações que se evidenciam nos capítulos de Goodglass e Menn e de Caramazza e Berndt estão os conteúdos do 7.º e do 8.º capítulos.

«On parallelism between production and comprehension in agrammatism» é exactamente o título do 7.º capítulo, da autoria de H. H. J. Kolk, M. J. F. van Grunsven e A. Keyser. Em causa encontra-se por isso a pertinência de se considerar em paralelo o agramatismo expressivo e receptivo. É evidente que tal questão, como referem os autores, já fora contemplada ao longo dos tempos e certas teorias tentavam mesmo explicar tal fenómeno (a hipótese sintáctica, a hipótese fonológica e a hipótese lexical (p. 179). Por outras palavras, estas

RECENSÕES

hipóteses assumiam esse paralelismo e sugeriam que os agramáticos possuiriam também problemas de compreensão.

A existência, mais uma vez, de quadros afásicos que contradizem essa posição irá de encontro a tal paralelismo. Por sua vez, teorias que tentam explicar o não paralelismo também não conseguem dar resposta a todos os casos. Avançam então os autores mencionados a *Teoria da Adaptação* (p. 183 e segs.), segundo a qual tanto os falantes normais como os afásicos operariam sob o efeito de constrangimentos, que poderão afectar a execução. Assim, uns e outros poderão ser afectados pelo comprimento e pela complexidade da frase. Contudo as dificuldades das afásicos surgirão mais cedo, em frases mais curtas e menos complexas. Independentemente dos diversos quadros observáveis, são de opinião os autores que a hipótese do paralelismo poderá ser mantida.

Considerar, dentro deste domínio de pesquisa, a produção e a compreensão pode fazer pensar nas afasias anteriores vs. posteriores, nas afasias não fluentes vs. fluentes e na dicotomia agramatismo vs. paragramatismo (cf. pp. 211-212).

Claus Heeschen, no capítulo intitulado «Agrammatism vs. paragrammatism: a fictitious opposition», não deixa de criticar o abuso que se faz da utilização de dicotomias, também em neurolinguística, e a crença inabalável, por parte dos estudiosos de patologia da linguagem, na importância do discurso espontâneo dos doentes com perturbações de linguagem.

Ao realçar a confiança excessiva no discurso espontâneo dos afásicos, o autor salienta, com grande pertinência, a posição de Goldstein, segundo a qual «the brain-damaged patients' spontaneous behavior never reflects the deficit itself, but rather the patients' reactions to the deficit...» (p. 209).

Com base em experiências realizadas a nível da compreensão e da produção, C. Heeschen justifica o título do capítulo de sua autoria referindo não ter detectado grandes diferenças entre agramáticos e paragramáticos no aspecto da compreensão e ter observado comportamentos muito aproximados em relação à produção.

De acordo com o autor, será o modo de se considerarem as execuções que deve ser alterado. C. Heeschen diz mesmo: «If we stop staring at what is missing and wrong in aphasia speech, but rather look at what is still working and present, then group differences disappear» (p. 246).

Foi assim intenção do autor, como ele próprio refere, levantar questões teoricamente interessantes e capazes de produzir frutos e não proclamar verdades (p. 248). Por outras palavras, C. Heeschen desafia as posições definitivas e os modos demasiadamente forçados de encarar os discursos afásicos.

Y. Grodzinsky, D. Swinney e E. Zurif, no 3.º capítulo deste volume, para além de considerarem a «capacidade» de o cérebro poder distinguir componentes linguísticas amodais e de o agramatismo poder ser reconstruído em termos sintácticos, realçam ainda a possibilidade de se verificarem no agramatismo desmembramentos de processamento (p. 65).

De especial importância revestir-se-á o facto de se encarar a existência de desmembramentos. Assim, de acordo com os autores, será de todo o interesse para futuras pesquisas verificar até que ponto um desmembramento se pode ligar a outros relacionados com processamentos da linguagem a nível sintáctico,

como poderá acontecer em relação ao acesso a itens pertencentes à *classe fechada*, no caso do agramatismo. Esta tomada de posição faz com que os autores salientem a importância da combinação de descrições linguísticas com exames cuidadosos (p. 81).

Os restantes capítulos poderão considerar-se tentativas especialmente fundamentadas linguisticamente com o objectivo de trazerem achegas explicativas ao *fenómeno* agramatismo.

M. F. Schwartz, M. C. Linebarger e E. M. Saffran destacam três versões diferentes da «Syntactic Déficit Theory of Agrammatism» (SDTA), todas elas tendentes a uma caracterização da patologia agramatical, na qualidade de «Language System minus Syntactic Component» (p. 83).

Depois de os autores terem considerado de um modo crítico a «Syntactic Déficit Theory», concluíram que essa teoria não se poderá aplicar ao agramatismo. Pensam porém que esta perspectiva de abordar a afasiologia poderá ser importante, uma vez que só o contributo conjunto de psicólogos, de linguistas e de cientistas da área de cognição possibilitará o esclarecimento dos padrões de perturbações da linguagem na afasia e a sua relação com o sistema linguístico normal (p. 123).

Enquadra-se na mesma perspectiva o capítulo, da autoria de Luigi Rizzi, intitulado «Two notes on the linguistic interpretation of Broca's aphasia». O autor tenta mostrar como a Teoria da Regência e Ligação, desenvolvida por N. Chomsky e pela sua escola, poderá trazer achegas úteis à interpretação da afasiologia.

Apesar de as teorias linguísticas nem sempre se revelarem adequadas do ponto de vista neuropsicológico, L. Rizzi chama a atenção para o facto de se revestir de importância na descoberta de novos dados a capacidade heurística de novos modelos teóricos estruturados, por vezes enriquecidos através de modificações, neles operadas. Espera assim o autor que a teoria linguística evolua no sentido de uma caracterização mais adequada da capacidade linguística humana e conseqüentemente no sentido do estudo do uso da língua e da patologia da linguagem.

David Caplan, no capítulo «Syntactic and semantic structures in agrammatism», considera o planeamento sintáctico das frases e a sua interpretação. O autor destaca a co-ocorrência no agramatismo de três sinais: um padrão de discurso anormal — discurso agramático; um empobrecimento das estruturas sintácticas usadas para expressar propriedades semânticas no discurso e um empobrecimento de estruturas sintácticas usadas para determinar as leituras semânticas a nível da compreensão auditiva (p. 146). Sugere então D. Caplan, de um modo especulativo, um mecanismo patogenético que poderia ser comum aos três sinais. Esse mecanismo seria uma versão das «function word theories» (p. 146) do agramatismo e postularia essencialmente um papel especial aos functores e ao vocabulário flexional; no planeamento do discurso e na compreensão.

Encontra-se de novo realçada neste capítulo a possibilidade de um afásico agramático apresentar ou não uma compreensão agramática. Estudos futuros poderão mesmo levar a apontar, como sugere o autor, que os mecanismos de planeamento e compreensão frásicos, considerados no capítulo em causa,

RECENSÕES

existiriam de modo separado e estariam sujeitos a desmembramentos separadamente. Dentro desta perspectiva revela-se pertinente a seguinte citação: «Agrammatism would be a set of syndroms,(...), in which similar stages in sentence planning and sentence comprehension are frequently impaired together and occasionally dissociated» (p. 151).

Embora tenha ficado em aberto a problemática subjacente ao mecanismo que poderá motivar o agramatismo, estudos como o de D. Caplan são, de acordo com o próprio autor, de interesse para os que se dedicam ao estudo da natureza das representações linguísticas, no seu processamento e na sua psicopatologia (p. 152).

Uma obra deste teor tem a vantagem de mostrar ao leitor os diferentes modos como poderá ser considerado um determinado comportamento. Por outro lado, também inibirá a possibilidade não só de se tratar uma certa execução de uma forma demasiado simplista mas também de se generalizar a caracterização de um dado fenómeno a partir de um único caso.

Ao longo da obra «Agrammatism», sente-se a preocupação dos diferentes estudiosos em observarem experimentalmente casos de afasia, o que reforça a necessidade, evidenciada também por alguns dos autores, de se recorrer ao esforço conjunto de vários especialistas, para se obter uma caracterização cada vez mais enriquecida da capacidade linguística humana nas suas variadas manifestações, mesmo de ordem patológica.

Aconselha-se por isso vivamente a linguistas, psicolinguistas, neurolinguistas, psicólogos e neuropsicólogos a leitura da obra «Agrammatism» que, para além de poder enriquecer teoricamente o leitor, servirá seguramente de exemplo de crítica científica.

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto

293

Didáctica das Línguas Estrangeiras. Organização e tradução de Peter Panes/ Hannelore Araújo/Maria Helena Peralta. Coleção Materiais Críticos, Lisboa, Editora Apáginastantas — Cooperativa de Serviços Culturais, cri, 1985. 153 pp. Preço: 420\$00.

Ao lançar esta obra, a colecção Apáginastantas tomou uma iniciativa louvável a vários títulos. Antes de mais por oferecer ao público leitor especializado um volume contendo matéria que, ao que sei, nunca tinha sido editada em Portugal. Não obstante o considerável número de professores cuja ocupação diária é o ensino das línguas estrangeiras nas escolas do País, nada, até agora, se tinha feito em Portugal para os manter informados e actualizados, deixando-os

dependentes das inacessíveis publicações estrangeiras. Por isso *Didáctica das Línguas Estrangeiras* veio preencher uma lacuna.

Outro aspecto louvável nesta iniciativa é o facto de a obra ser vendida a preço acessível (420\$00), o que foi tornado possível, ao que suponho, pelo recurso a off-set para reprodução do original dactilografado, eliminando-se a dispendiosa composição tipográfica. Tal prática é comum em países de recursos materiais incomparavelmente superiores aos nossos. Não obstante, as obras assim divulgadas não perdem na sua dignidade académica nem na comodidade para leitura.

Quanto ao conteúdo, a obra pretende, nas palavras do organizador da edição, Peter Panes, «dar uma contribuição para o esclarecimento de toda esta temática [a abordagem comunicativa], respeitante às actuais tendências da didáctica e metodologia das línguas estrangeiras na República Federal Alemã desde fins dos anos 70» (p. 7). Para tanto, o volume inclui uma série de nove artigos de especialistas alemães, produzidos entre 1978 e 1983. Para além do carácter recente dos artigos, há a salientar o facto de os seus autores serem todos professores de inglês na Alemanha, o que se reveste de algum interesse para os professores portugueses, que, de uma maneira geral, fazem as suas leituras sobre a metodologia do inglês em obras da autoria de especialistas britânicos e americanos, habituados ao ensino da sua língua materna a aprendentes estrangeiros. Ensinar a nossa língua a estrangeiros, quase sempre no nosso país, e ensinar a compatriotas nossos uma língua estrangeira, igualmente no nosso país, são coisas absolutamente diversas. Por isso tem interesse verificar-se como é que procedem aqueles que se encontram em situação semelhante à nossa, i.e. como é que as alemães ensinam inglês na Alemanha.

M. GOMES DA TORRE

O leitor português motivado para estas questões poderá sentir-se algo frustrado após a leitura de alguns dos capítulos de *Didáctica das Línguas Estrangeiras*. Os dois primeiros capítulos, da autoria de Gerd Neuner, limitam-se a apresentar, de forma reduzida, os métodos que, ao longo dos tempos, têm sido usados para o ensino das línguas, chegando até ao moderno movimento comunicativo.

Embora essa visão histórica esteja correcta, e particularmente bem ilustrada com os textos e exercícios apresentados nas páginas 15-16 e 17-18, seria de esperar da parte do Autor, para além da apresentação objectiva das características dos vários métodos e movimentos, uma apreciação crítica das vantagens de cada um deles.

O primeiro artigo de Christoph Edelhoff (pp. 30-52) é típico do movimento comunicativo, que aqui nos é apresentado como pleno de virtudes e virtualidades, sujeito ao grande princípio: «em primeiro lugar está sempre a intenção comunicativa que um texto apresenta ou o próprio aluno pretende concretizar, e só em segundo lugar se põe a questão dos expoentes linguísticos necessários para realizar as respectivas intenções comunicativas» (p. 38). Mas a grande questão que se põe em relação ao comunicativismo é a enorme distância que vai dos objectivos e desejos de comunicação autêntica e o domínio dos meios que tornem possível a sua realização. Se em relação a um texto utilizado numa qualquer sala de aula pode ser relativamente fácil conduzir os alunos à captação da intenção comunicativa que ele apresenta, o mesmo não se poderá dizer em relação à intenção comunicativa que o aluno (entenda-se cada aluno) pretende concretizar. Se o ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras tem lugar, predominantemente, nas escolas, em classes mais ou menos numerosas, o ensino comunicativo terá sempre grandes dificuldades de aplicação que implique plena participação dos alunos por estar demasiadamente dependente das necessidades comunicativas de momento, o que prejudica, obviamente, a planificação geral dos cursos, mesmo a curto e médio prazo, ressentindo-se disso a economia do escasso tempo lectivo.

As objecções que têm sido postas ao comunicativismo são particularmente pertinentes no que respeita aos níveis iniciais da aprendizagem. Edelhoff, todavia, não abre excepções, falando-nos do ensino do inglês em geral, não separando classes elementares dos cursos intermédios e adiantados. Ao falar-nos dos «textos, meios auxiliares e capacidades de base» (p. 39 ss), Edelhoff está certamente a pensar em alunos de nível relativamente avançado, quando nos propõe que os manuais didácticos apresentam «uma grande variedade de tipos de textos representativos de utilização da língua nas suas diferentes realizações, por exemplo, reportagens jornalísticas, anúncios, gravuras, informações radiofónicas, comentários televisivos, entrevistas nos diferentes meios de comunicação» (p. 39), etc, com o que, evidentemente, concordo. Mas persiste a pergunta de como se põe os alunos em condições de poderem captar minimamente a intenção comunicativa desse material. Quando nos aconselha a apresentar os textos na sua forma original, i.e. textos televisivos num televisor, reportagens radiofónicas num gravador, etc, também temos que concordar. Realisticamente, porém, temos que ter em mente que as nossas escolas, na sua esmagadora maioria, não dispõem de televisores, nem de video, nem de gra-

RECENSÕES

vadores funcionais... Os métodos que o professor adopta têm de estar de acordo com as condições materiais de trabalho e, por isso, a proposta comunicativa tem de ser encarada à luz de mais este tipo de limitações.

O segundo artigo (pp. 129-145) do mesmo autor é um interessante apelo ao espírito internacionalista europeu e ao intercâmbio cultural, para o que a aprendizagem de línguas estrangeiras muito pode contribuir. Parece-me, no entanto, que os leitores de *Didáctica das Línguas Estrangeiras* gostariam mais de encontrar no lugar deste capítulo, algo mais directamente ligado à prática concreta do ensino das línguas.

Mais realistas (e úteis) são os dois artigos de Michael Kriiger sobre «Seqüências de exercícios na abordagem comunicativa» (pp. 53-72) e «Formas sociais de trabalho e tipos de exercícios no ensino das línguas estrangeiras» (pp. 73-94). Denunciando experiência no ensino das línguas estrangeiras, as propostas de Kriiger, porquanto de carácter claramente comunicativo, previ-nem-nos de que «o ensino que tem por objectivo a capacidade de compreensão e de expressão livre não pode dispensar [...] exercícios respeitantes a sistemas linguísticos parciais tais como a fonologia, a semântica ou a sintaxe» (p. 56). Apresenta-nos alguns exemplos úteis de exercícios.

Igualmente caracterizado pelo bom senso é o artigo de Hans-Eberhard Piepho «Relações entre objectivos comportamentais, fases de exercícios e planificação na disciplina de alemão como língua estrangeira» (pp. 97-105). Na sua interpretação do ensino comunicativo, Piepho revela-se realista quando nos diz que a competência comunicativa não é atingida pelos aprendentes pelo simples facto de praticarem 'comunicação'. Esse complexo objectivo final, nas condições precárias em que a língua estrangeira é aprendida, só se atinge após a execução das partes formais da comunicação (cf. p. 105). Particularmente de sublinhar é a condenação que faz o autor da sujeição do ensino de uma língua às exigências dos exames oficiais.

No seu segundo artigo, «Progressões» (pp. 107-114), Piepho confirma o bom senso revelado no anterior. Nele defende processos didácticos que conduzam a uma progressão na utilização da língua estrangeira a caminho da naturalidade e da correcção formal (sem erros), uma posição que tem muito de comum com aquilo que Cari James tem repetidamente defendido a propósito dos seus conceitos de 'interlingua' e 'naturalization'.

Do capítulo «Planificação a médio prazo de aulas de língua estrangeira: plano para um ano de trabalho» (pp. 115-126), há a destacar a proposta de subordinação da gramática à realização de intenções comunicativas, mas sublinhando que estas últimas devem ser previamente definidas e hierarquizadas.

A tradução de Hannelore Araújo e Maria Helena Peralta revela-se cuidadosa, sobressaindo a procura dos termos que, em português, possam representar aqueles que, na língua de saída, se colocam na área específica da didáctica das línguas estrangeiras. Será esta, sem dúvida, mais uma das contribuições úteis desta publicação.

A «bibliografia geral» que o volume apresenta nas suas últimas páginas, da responsabilidade da Maria Helena Peralta, é recente e variada. Nota-se, no entanto, a ausência de algumas obras importantes, especialmente aquelas

M. GOMES DA TORRE

que, ultimamente, têm tentado moderar os exageros comunicativistas, incluindo a do próprio Widdowson *Language Purpose and Language Use*.

Numa altura em que, após um período de aceitação entusiástica, o movimento comunicativo se encontra salutarmente sob fogo, *Didáctica das Línguas Estrangeiras*, terá vindo um pouco atrasada, mas é de leitura incontestavelmente útil e recomendável. Se o segundo volume prometido (cf. p. 11) nos der conta das posições mais recentes, Apáginastantas acrescentará crédito àquele que já lhe é devido pela publicação do volume que aqui se analisou.

M. Gomes da Torre

298

JESUS ALONSO BURGOS — *El luteranismo en Castilla durante el siglo XVI, Autos de fé de Valladolid de 21 May o y de 8 de Octubre de 1559*, Madrid, Editorial Swan, Fundación Avantos & Hakeldama, San Lorenzo de El Escoriai, 1983, 176 pp.

Estamos diante de uma obra que resume e sintetiza contributos vários na matéria — e dos melhores—mas cuja fácil e agradável leitura dificilmente deixará o leitor indiferente a algumas interpretações e tomadas de posição do autor, e sem interiormente polemizar quanto a certas premissas avançadas na apreciação do ambiente espiritual espanhol do século XVI. Pressuposto o marcado interesse da obra — pela própria documentação apresentada pelo autor (v.g. facsímiles da *Relação* da prisão, sentença e morte do Arcebispo Carranza

e *Confissão* de Agustín de Cazalla escrita por Frei António de Ia Carrera, pp. 128-153) — seja-nos lícito cingirmo-nos, em apontamento de leitura, a certas objecções que nos parecem arrancar directamente de algumas dessas premissas do autor.

Somos conduzidos a uma *nota final* — que «*debería quizás figurar ai inicio dei libro*» (p. 125)—, e cujo teor efectivamente será importante desde início ter presente, para apreciar o enfoque com que, coerentemente, as matérias são apresentadas ao longo da obra. Nela, referindo-se à identidade de pensamento ou convicções dos condenados nos *Autos de Valladolid*, o autor, pondo-se o problema da precisão a fazer entre evangelismo e luteranismo, e embora declarando ser uma questão que supera a seus propósitos no trabalho apresentado, não hesita em afirmar:

«*Como luteranos fueron condenados y como luteranos murieron. Y así han pasado, con toda justeza, a la historia de la espiritualidad espanola. Posiblemente, las brujas quemadas tampoco eran brujas, los primitivos mártires cristianos tampoco eran autenticamente cristianos, etc. La teologia es ciência especulativa y no exacta; y las ideas dei hombre rara vez spn unidimensionales y sin pliegues o matices*» (p. 127).

Ninguém questionará a afirmação final quanto às ideias do homem. Na sua complexidade reside um dos incentivos da investigação. Mas como conciliar tão rotunda descrença em relação à possibilidade de uma mais rigorosa determinação dos sentimentos religiosos dos vários condenados, esta atitude revestindo-se de impante «*positivismo*», arredando as matérias teológicas do mundo «pacífico» dos conhecimentos verificáveis, — igualmente poderá defendê-lo o autor na história do pensamento e dos sentimentos religiosos—, com o propósito de tratar o delicado problema (implicando subtis distinções nos domínios da teologia da graça e da soteriologia) da detecção, influências e

condenação dos círculos luteranos na Castela do século XVI? Esta uma questão prévia que nos parece inevitável. De resto, na prática, em relação à precisão a estabelecer quanto à identidade ideológica dos condenados, o autor vai discutir algumas posições conhecidas, e, em relação aos diferentes grupos, emitir um juízo pessoal: crê que nos grupos castelhano e andaluz conviveram autênticos protestantes juntamente com indivíduos que ainda o não eram, mas que com facilidade se robusteceriam na fé protestante se não tivesse intervindo a repressão inquisitorial (p. 127).

Alonso Burgos sentiu naturalmente a quase obrigatoriedade de começar por esboçar uma breve panorâmica de conjunto sobre o ambiente espiritual em Espanha nos princípios do século XVI, nela salientando o papel da obra reformadora de Cisneros. Em relação a esta parte inicial, onde o autor demonstra bom ordenamento de ideias, clareza e espírito de síntese, faríamos no entanto duas observações: a acção do Cardeal não pode ser considerada separadamente da vontade política dos Reis Católicos, e nesta, sobreleva o desejo de garantir a todo o custo a unidade da fé, pelo que Cisneros, renovador dos estudos escriturísticos e editor de místicos, reformador e amigo do escol humanista, é também o Inquisidor-Geral identificado com o espírito da instituição que serve, pelo que nos parece de matizar fortemente a afirmação de José Nieto, a este propósito citado, segundo o qual «*Baio la protección aliento y sombra de Cisneros... el pueblo comenzó a sentirse independiente dei poder y la autoridad eclesiástica, e incluso dei dogma, en lo concerniente a la religión de cada qual y a la interpretación bíblica*» (p. 18).

No seguinte encadeamento de rubricas deste primeiro capítulo já nos pareceria mais lógico, na esteira de Bataillon, tratar o autor primeiramente do surto do iluminismo, para só em seguida considerar o *erasmismo em Espanha*, já que a preexistência do primeiro elemento parece ter em parte justificado o êxito do segundo (cf. M. Bataillon, *Erasmus y el Erasmismo*, Barcelona, ed. Crítica, 1983, p. 249), e... tempos volvidos, ter sido responsável, em parte também, por bom número das suas crescentes dificuldades.

Efectivamente é verdade que o perigo da extensão do luteranismo e do iluminismo «afogam» o reformismo erasmiano em Espanha (p. 26). Passados já nove anos após a junta de teólogos de Valladolid de 1527, e ao crescer o perigo de infiltrações luteranas em Espanha, com o desaparecimento da corte erasmizante e com a perda do favor imperial, começou paulatinamente o nome de Erasmo a aparecer misturado nos processos inquisitoriais com o de Lutero, como se pode constatar em um documento da *Suprema* de 9 de Janeiro de 1536, alegado pelo autor (*ibid.*), e em que esta, por ocasião da prisão de um luterano, manda aos inquisidores de Valência que se faça «diligencia para saber si tiene libros de Lutero o de sus sequaces o de Erasmo» (cf. M. Bataillon *op. cit.*, p. 171). Mas também deve sublinhar-se, tal como fez questão de frisar Mareei Bataillon, que, sendo a actuação da Inquisição contra o erasmismo inseparável da defesa geral do catolicismo contra o perigo protestante, «não pode considerar-se como puro ardil táctico da repressão contra os discípulos de Erasmo o tratá-los como réus ou suspeitos de luteranismo» (*Op. cit.*, p. 167). Por um lado, sem que a piedade inspirada pela escola do *Enquirdion* ensinasse o fiel

a *dejarse* ou a passivamente abandonar-se à moção divina, enfatizava o suficiente sobre a interiorização da piedade e sobre o culto em espírito para que não excluísse liminarmente os seus seguidores — avaliados do exterior — de desconfianças de tipo *iluminista* ou *proluteranas*, agravadas com abonadas margens de coincidência na crítica a várias práticas da piedade tradicional (cf. M. Bataillon, *op. cit.*, p. 168). Por outro lado, à medida que o tempo passava, face às coortes mais excitadas da defesa ortodoxa militante, o erasmismo propiciava a exploração de uma imagem de estádio de passagem, de compromisso, de incubação ou de *alibi* ao desviacionismo luterano. Jesus Alonso Burgos deixou neste contexto por valorizar dois factores de capital importância: os fenómenos de nicodemismo e de assunção de um erasmismo-máscara. Ora, como bem advertiu o insigne hispanista a quem temos invocado, a adopção por parte da Inquisição de uma tática repressiva de «amalgama», não é razão para que se fechem os olhos ao que nela terá havido de adequado à tática defensiva de algumas vítimas (cf. *op. cit.*, p. 253). O caso de Juan de Valdés, ocultando a sua fé íntima sob formas conformistas, é um exemplo de uma atitude desse tipo (cf. *op. cit.*, pp. 268-285). E não se pensará que tal atitude de *nicodemismo* teve uma vigência meramente pontual. Estava na própria lógica da repressão inquisitorial, com o fenómeno psicológico da auto-censura, e, os atavismos do substrato social de tradição marrana, bem como certa tolerância reformada para com os *adiaphora*, se encarregariam de a estimular. É conhecida, de resto, a forma maximalista como Calvino e Teodoro de Bèzes se referiram criticamente à «*tranquilidade de consciência*» e ao comodismo de certos procedimentos nicodemíticos de matriz espanhola (*vide op. cit.*, pp. 275-280). Parece-nos pois que qualquer reflexão sobre o significado das condenações dos *Autos de fé de Valladolid de 1559*, como de uma forma mais lata sobre os fenómenos luteranos peninsulares do séc. XVI, não pode limitar-se a aceitar passivamente a explicação de que, — passados os umbrais do ano de 1535 —, a inclusão do *iluminismo*, do *erasmismo* e do *luteranismo* no mesmo e grande saco das doutrinas persecutandas pela Inquisição se deve tão só à tática confundidora da instituição, alimentada numa crescente obstinação de excesso de zelo contra a «*herética pravidade*» e numa crassa e congénita falta de clareza de visão.

Encontramo-nos num momento em que se impõe uma clarificação dos próprios termos empregues. O *iluminismo* é um termo muito utilizado, e que aceitamos apenas pela comodidade e vantagem de poder designar genericamente toda uma orientação comum renovadora da espiritualidade individual: aquela que, para além das diferenças, brotando do mesmo impulso renovador da vida cristã contemporâneo do reformismo cisnero-erasmiano, comumente coloca a tónica principal no influxo transformador da graça no interior do fiel, a si directamente acessível no contexto de uma vivência pessoal de amorosa relação com Deus. Bataillon fala mesmo de Miguel de Equía como «apóstolo do iluminismo erasmizante», e no seu *Erasmus y Espana* vinca incisivamente a influência dos livros do roterdamês no iluminismo espanhol ao mesmo tempo que regista os pontos de contacto e coincidência entre erasmismo e iluminismo (cf. v.g. Cap. IV). Mas na realidade, parece-nos que actualmente, tal como o demonstra o labor de sistematização de Melquíades Andrés Martín, por exemplo,

não haverá razões para que, com Jesus Alonso Burgos, alguém continue sistematicamente a recusar ou minimizar a possibilidade de estabelecer claras distinções entre as várias «famílias» espirituais, a partir de uma nova classificação de *vias* de espiritualidade, estabelecida a partir dos próprios critérios definidos nos seus escritos pelos homens da primeira metade do século XVI. Referindo-se à posição de J. C. Nieto, que, seguindo Boehmer, «alude a um género espiritual inexistente» — o iluminismo espanhol —, do qual teriam procedido os *recogidos* e os *alumbrados* de 1525, assim se exprime Melquíades Andrés: «*La historia hubiera podido ser así. Pêro por ninguna parte aparece en Espana esa espiritualidad genérica alumbrada. (...)• Si se quiere decir que la gracia es luz para el entendimiento y moción para la voluntad, eso es la doctrina revelada ya en el Antiguo Testamento, clarificada más en el Nuevo y expuesta por los teólogos, especialmente por San Agustín en su confrontación con el pelagianismo.*» (*La teologia espanola en el siglo XVI*, t. II, Cap. 14, p. 229, nota 2, Madrid, B.A.C., 1977). E, inegavelmente, embora reconhecendo as mútuas influências entre as diferentes correntes, Melquíades Andrés, sempre com fundamento nos textos da época, não só distingue claramente a *via* do *recogimiento* da *via* dos *alumbrados*, traçando o percurso de uma e outra, como logra com plena pertinência perfilar-nos diante dos olhos um esquema das outras diferentes correntes que necessariamente entram numa «*cartografia*» da espiritualidade peninsular da primeira metade do século XVI: a via tradicional da lectio divina, missa, breviário, oração vocal, prática metódica das virtudes e extirpação dos vícios, a via da oração mental metódica, a via da consideração dos benefícios divinos, a vida do erasmismo, a via do benefício de Cristo e a espiritualidade da Companhia de Jesus (cf. *Los recogidos, Nueva visión de la mística espanola* (1500-1700), Madrid, F.U.E., 1976, Cap. I, pp. 31-32). Aliás, em relação a *recogidos* e *dejados*, Melquíades Andrés reconhece os anos de colaboração, confusão e convivência posteriores a 1513, mas vinca a clara separação entre as duas correntes, patenteada a partir do «borrascoso» encontro de Pastrana entre Francisco de Ortiz, O.F.M., e Pedro Ruiz de Alcaraz, em 1523 (*Los recogidos*, Cap. II, p. 40). *Alumbrados, dejados, perfectos*, são três palavras que expressam a mesma realidade, como o comprova uma primitiva identidade expressa na introdução ao decreto inquisitorial de 23 de Setembro de 1525, pelo que não se pode chamar *alumbrados* a todos aqueles que vivem a espiritualidade do *recogimiento*; são duas *vias* espirituais distintas: os *recogidos* procedem por aniquilação ou conhecimento de si mesmos, seguimento de Cristo e contemplação quieta, os *alumbrados* por *dejamiento* ao amor de Deus, considerando que esse amor de Deus no homem é Deus, e que as próprias cerimónias, ritos, oração vocal, meditação no paixão, jejuns e penitências são estorvos no caminho da união com Deus. Os *recogidos* prolongam conscientemente uma tradição que entronca em Dionísio, S. Boaventura e Gerson, e e protestam se alguém se tenta confundir com os *dejados* ou *alumbrados*, como se pode comprovar com os depoimentos e tomadas de posição seleccionadas por Melquíades Andrés, particularmente com as de Ortiz, Osuna e S. Juan de Ávila (*La teologia espanola en el siglo XVI*, T-II, Cap. 14, pp. 234-240). Assim sendo, não podemos aceitar as interrogações formuladas por Alonso Burgos: «*El nombre de «alumbrados» corre el peligro de confundirnos perma-*

mentemente, de enredar de tal manera la madeja que sea difícil recomponêrla. Porque ¡quiên eran los alumbrados'? Bajo este nombre se agrupan tan diversas ideas religiosas que a duras penas podemos ponerlas bajo el mesmo título. Erasmistas, iluminados, luteranos, reformadores, dejados, recogidos. ¡Cuáles si y cuáles no? Alumbrados eran — o ai menos así fueron considerados por el Santo Oficio — el obispo Cazalla y Juan de Ávila, Isabel de Ia Cruz y Santa Teresa, Pedro Ruíz de Alcaraz y Francisco de Osuna. Pêro ¡que paralelos pueden establecerse entre unos y otros, entre Isabel de Ia Cruz y Teresa de Jesus?» (pp. 26-27). A insistência num comum agrupamento assim esboçado, de gente de variada índole e formação, será apenas produto dum mau critério, já injustificável. Não tem por isso que se inquietar o autor... De resto, Alonso Burgos cuida de fazer distinções; assim, por exemplo, com agrado, ouvimo-lo reconhecer, referindo-se à via do *recogimiento*: «Esta espiritualidad afectiva, que recogía Ia herencia de Ia mística medieval, y que se apoyaba en las enseñanzas de San Bernardo, de Gerson, dei Pseudo-Dionisio, de los Padres de Ia Iglesia, fue práctica común entre los observantes franciscanos, extendiéndose a otras ordenes religiosas e, incluso, a Ia espiritualidad laica. La propuesta de oración mental metódica, frente a Ia oración vocal; Ia introspección personal; el recogimiento venían a confluír con Ia Philosophia Christi erasmiana y con Ia nueva religiosidad europea, tanto católica como protestante, desde Léfèvre a Lutero, Eckhart o Suso. En Espana, se enmarcaba en el rico y efervescente proceso que Ia reforma cisneriana había abierto» (p. 28). Só que a mistura da tradição com a modernidade não impede o investigador e o crítico de estabelecerem distinções entre grupos e correntes, e de procurarem sempre ir mais longe nessa precisão, que resulta da familiaridade com os diferentes autores. A raiz da nossa discordância está em que o autor admita que *dejados* e *recogidos* são como «pontos diferentes de uma mesma linha» (p. 31), estabelecendo as suas classificações debaixo de uma mesma e comum *rubrica*: *Los alumbrados* (da p. 26 à p. 39). E, ao contrário do que parece insinuar-se, também a Inquisição soube fazer distinções. Não é a mesma coisa a suspeita, a denúncia ou a existência de um processo aberto,— nem Santa Teresa, nem o Apóstolo da Andaluzia, ... nem Santo Inácio, nem o Santo Borja, ... nem os próprios inquisidores, nem ninguém na Península estava acima de todo o procedimento —, e a perseguição inquisitorial derivada de uma posição formada do Tribunal. E, se o sistema processual da Inquisição, extraordinariamente linear, propiciava identificações simplificadoras, a moderna historiografia não pode incorrer em idênticas — e mais culposas — classificações, visto que outras são as suas possibilidades, critérios e ferramentas de análise. São conhecidas as tribulações suscitadas contra a Companhia de Jesus pela acusação de *alumbrados* lançada na pessoa do seu fundador e dos seus primeiros e mais esclarecidos varões, a mesma acusação lançada contra Santa Teresa e S. João da Cruz; referindo-se a frei Alonso de Ia Fuente, que é quem, de acordo com um seu velho e (desorbitado?) zelo «rompe a primeira lança e atira a primeira pedra» contra os *Livros* da Madre Teresa, o P.^o Álvaro Huerga tem plena razão quando lembra que não devemos esquecer as radicais diferenças e circunstâncias que nos separam desses dias: «En aquel momento, fray Alonso y los teólogos de su cuerda tuvieron sus «razones» para hacer lo que hicieron. El juzgar sobre

aquellos juicios, sacándolos de su contexto histórico y transponiéndolos ai de nuestra época, que es lo que suele acontecer, me parece un método inválido y anacrónico.» (Predicadores, alumbrados e Inquisición en el siglo XVI, Madrid, F.U.E., 1973, p. 60). Nesses conturbados dias, a Inquisição empenha-se em detectar os sintomas de fermentação ou irradiação *alumbrada*, mesmo que esses sinais sejam vagos e plurivalentes, e por isso o P.^o Huerga, na sua *Historia de los alumbrados* (T-II, Cap. V, p. 166), deixa escorregar o seguinte comentário: «El Santo Oficio, aunque es «santo», no se dedica a la «canonización de los siervos de Dios», sino a erradicar la herejía». De resto aqui, — sem que o facto nos faça esquecer equívocos e arbitrariedades de cuja consciência não estiveram alheios os contemporâneos, numa época em que a máquina inquisitorial transmite o ritmo de uma geral agudização das tensões religiosas na Europa e de uma exasperação dos responsáveis pelas ortodoxias, (Luís Vives, por exemplo, reconhecida a dificuldade desses seus tempos em que dificilmente se podia «falar ou calar sem perigo») —, é justo reconhecer que a Inquisição, nas suas atitudes de ofensiva-defensiva — soube muitas vezes distinguir bem o trigo do joio. O próprio frei Alonso de la Fuente, não obstante a sua obstinação — de cuja razoabilidade o próprio tribunal da fé chegou a duvidar—, nunca pôs em causa a santidade pessoal e a boa fama de Teresa de Ávila. Por isso, com razão, advertia a este propósito D. Marcelino Menéndez Pelayo: «La acusación de alumbrado se había convertido en un lugar común, e salió a relucir contra todos los reformadores dei Carmen. San Juan de la Cruz fué delatado três o cuatro veces a las Inquisiciones de Toledo, Sevilla y Valladolid; però jamás encarcelado ni molestado por el Santo Oficio, y si unicamente por los frailes mal avenidos con la reforma. Ni la Inquisición puso tacha ni mácula en su doctrina ni en sus escritos, con ser una y otros dei más recôndito y extraordinário misticismo y más expuesto a torcidas interpretaciones». (*Heterodoxos*, T-IV, ed. de 1947, Livro V, Cap. I, p. 31)². É evidente que a afirmação de que Osuna, o beato Juan de Ávila e Santa Teresa foram considerados pelo Santo Ofício como *alumbrados* é, no mínimo, gratuita, pela simples razão de que é grande a distância que vai da desconfiança ou da averiguação à opinião formada. Se o autor a assume, (o que não parece), poderá ela compaginar-se com uma outra afirmação na qual, «agnosticamente», Alonso Burgos recusa pronunciar-se sobre as posições e sentimentos religiosos dos homens do século XVI espanhol — documentalente testemunhados—, afirmando textualmente que prefere «deixar aos inquisidores» a definição da fronteira entre os que foram hereges e os que foram santos (p. 39)? Seja-nos lícito dizer que, com evidência, nos parece estarmos diante de duas posições contraditórias, embora possam estar coerentes com uma mesma atitude de desconfiança das nossas possibilidades e ferramentas de análise neste campo da história cultural, posição esta que nos parece assumida pelo autor ao longo de toda a obra. Posição compatível com a abordagem temática insinuada pelo título que para esta obra escolheu Jesus Alonso Burgos?*

Pedro V. B. Tavares

304

GUILHERME G. DE OLIVEIRA SANTOS — *Camilo Castelo Branco e José Agostinho de Macedo*. Lisboa, Livraria Portugal, s/d, 221 p.

De imediato, o título coloca o leitor na expectativa de um estudo comparativo. De facto, assim acontece. Entre Camilo Castelo Branco e José Agostinho de Macedo postulam-se paralelismos diversos (atente-se no capítulo inicial «Camilo e Macedo: algumas semelhanças»), sucessivamente demonstrados através de reflexões pontuais: «Nascimento e puerícia de Camilo», «Pombal», «Jesuítas e Inquisição», «Versatilidade e Evolução», «José Agostinho de Macedo na biblioteca de Camilo».

A leitura atenta da obra, constituída, para além do texto, por uma introdução, uma «Adenda» e um «índice de autores e de alguns nomes citados», permite concluir que estamos face a um trabalho fortemente polarizado pela vertente biográfica. Com efeito, os

paralelismos que se procuram criar e, talvez mais intencionalmente, justificar, são suportados por um núcleo susceptível de aglutinar as vidas e as personalidades de Camilo e José Agostinho de Macedo.

Como se elaboram os lugares da convergência? Apoiado numa bibliografia privilegiadora de um certo biografismo, o autor constrói um quadro, em que se movimenta numa pesquisa incessante da identidade. A frase «Como trabalhavam os dois grandes e infatigáveis polígrafos?» pode, de certa forma, paradigmaticamente as linhas de desenvolvimento estruturantes deste trabalho, na medida em que traduz o constante movimento comparativo que lhe está subjacente.

Poder-se-iam, eventualmente, colocar algumas questões: que pertinência possuem os factores que proporcionam a aproximação Camilo/José Agostinho de Macedo? Que razões fundamentam a preferência pela opinião de ambos sobre a «Maçonaria» ou o «Sebastianismo» em detrimento de outros aspectos? Supomos que o facto de o autor acrescentar ao título a significativa indicação «Algumas Notas», colocada entre parênteses, contribui para demonstrar que ele próprio se apercebe do carácter não exaustivo, e portanto, parcelar, do estudo que propõe. Deste modo se encontra de certa forma ressalvada a ausência de outras eventuais semelhanças existentes entre os dois escritores. O presente trabalho assume-se honestamente, no texto introdutório intitulado «Poucas palavras», como uma contribuição para... «uma achega para estudo a erguer um dia». Nesse sentido, note-se que o autor maneja uma bibliografia bastante diversificada, ainda que, como atrás afirmámos, frequentemente privilegiadora da dimensão biográfica. Concede-se especial relevância aos aspectos indiciadores de «vida agitada e irregular» (p. 13) e à «instabilidade emocional» (p. 13).

Com efeito, se bem que Guilherme G. de Oliveira Santos aponte, como vector consubstancializante da convergência entre Camilo e José Agostinho de

ZULMIRA MARQUES SANTOS

Macedo, o facto de ambos terem sido «dois grandes homens com afinidades manifestas, que pontificaram no campo do escárnio e da chacota» (p. 11), afigura-se-nos ter sido atribuída maior pertinência à vida que à obra dos autores referidos. Tal não impede, todavia, que em outros domínios se congreguem e procurem equacionar, por um lado, opiniões coincidentes sobre os dois escritores: «Aproxima-se José Agostinho de Macedo, por isso, dos românticos e foi considerado por Hernâni Cidade um pré-romântico. Quanto a Camilo, ver Alberto Xavier que o reputa «o escritor mais pessoal do nosso romantismo» e, por outro, passagens das obras passíveis de aproximação: «N' *A Besta Esfolada*, n.º 15, pág. 16, teima José Agostinho: «Não terá que comer o esfolador, mas sempre terá que dizer. O esfolador não se cala ainda que o esfolem.» ...Quanto ao romancista nem é bom falar... «Se eu readquirir alguma saúde, pouquinha que seja, hei-de sair com um libreco; não prometo abater a proa dos gaiatos, mas começarei a cavar neles pela raiz.» Legitimam-se, assim, os diferentes paralelismos criados entre José Agostinho de Macedo e Camilo.

Este estudo não possui, no entanto, um carácter globalizante, na medida em que não existe dependência directa, sequencial, entre os diversos aspectos tratados. O autor aborda cada *item* utilizando formulações do tipo «Outro paralelo», ou ainda, «Quer um, quer outro foram para o fim da vida atormentados por dolorosas enfermidades e, com pequenas modificações, poderíamos permutar trechos das suas cartas» (p. 30). A leitura do texto introdutório esclarece, todavia, esta aparente descontinuidade, assinalando, como referimos, que se contribui para «estudo a erguer um dia» assumindo que «A bibliografia reunida se bem que incompleta, foi a possível».

Creemos poder concluir, pelas razões apontadas, que *Camilo Castelo Branco e José Agostinho de Macedo* funciona mais como manancial de informações, do que como estudo tendente a provar eventuais convergências entre os dois escritores. Não parece ter sido esta, de qualquer forma, a intenção do autor. Reiteradamente se enuncia o propósito de contribuir para um trabalho mais exaustivo que, se situado num quadro teórico mais amplo e problematizado, poderá eventualmente conduzir a conclusões, também mais sólidas que as avançadas nas páginas 156-167. De reter, portanto, o inventário de dados recolhidos, sem dúvida indispensável a quantos queiram estudar, com rigor, as figuras e as obras de José Agostinho de Macedo e Camilo Castelo Branco.

Zulmira Marques Santos

